



CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Pentecoste/CE, 05 de Setembro de 2022

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CASCAVEL/CE.**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS
Certificamos para os devidos fins que o presente
documento foi recebido neste setor na data de:

08/09/22 às 13 h 47 min.

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 019/2022

Erica Pereira Leite

VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 09.042.893/0001-02, com sede à Fazenda Várzea dos Bois, S/N, casa 02, Zona Rural em Pentecoste/CE – Cep: 62.640-000, representada por seu sócio administrador Sr. Victor Sousa de Castro Alves, portador do RG nº 2002009001104 SSP/CE e CPF nº 020.577.803-84 vem, com fulcro no Art. 109, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

I – DA TEMPESTIVIDADE

A decisão desta douta Comissão Permanente de Licitação que julgou INABILITADA esta empresa foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará do dia 05/09/2022, portanto, conforme prevê a Lei 8.666/93, caberá a interposição de recurso até o dia 13 de Setembro de 2022.

Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da
Constituição Federal, institui normas para
licitações e contratos da Administração
Pública e dá outras providências.

vk



Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

Nota-se, portanto que o Instrumento Administrativo Recursal é tempestivo na forma da Lei.

II – DA SUSPENSÃO DO CERTAME

Com base no §2º, do Art. 109, da Lei 8.666/93 o presente Processo Licitatório deverá ser suspenso:

Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

Requer, portanto, com base na Lei que o referido certame seja suspenso, com vistas, a preservar o próprio processo licitatório. Requeremos ainda que todas as decisões, referentes ao processo licitatório seja comunicado à requerente através do e-mail: victorvnc@hotmail.com e/ou victoralvesvk@gmail.com

III – DOS FATOS

A requerente tendo interesse em participar do processo licitatório TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022/TP que tem como o objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-CE, CONFORME CONVENIO 171/CIDADES/2022, MAPP 5237, fez a análise do Edital e de seus anexos com fins de verificar o atendimento por parte da requerente de todos os itens do referido processo licitatório.



CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Após análise inicial, entendemos que atendíamos a todos os itens referentes à nossa Habilitação, tanto em sua HABILITAÇÃO JURÍDICA, quanto em sua REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, bem como em sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL e ECONÔMICO-FINANCEIRA.

Fomos surpreendidos quando da publicação do resultado do julgamento Conforme julgamento desta CPL, que divulgou RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, ocasião em que a empresa VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME, foi declarada INABILITADA por ter descumprido exigência editalícia constante no item 2.7 – DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Entendemos que a decisão desta CPL foi equivocada, por não haver absolutamente nenhuma tentativa de obtenção de vantagem por parte da VK, haja vista haver o mesmo critério de benefício tanto para as microempresas quanto às empresas de pequeno porte e passaremos a expor nossos argumentos com fins a demonstrar a nossa HABILITAÇÃO no presente certame, conforme segue:

1. Conforme o Edital, em seu item 2.7, se faz a seguinte menção quanto ao que dispõe o Art. 42 da Lei complementar Nº 123 de 14/12/2006, no que tange à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme abaixo:

2.7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 2.7.1 — As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado de favorecimento previsto naquela lei, deverão apresentar, no momento da entrega dos envelopes, entretanto, separado de qualquer envelope, uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do ANEXO V deste Edital. 2.7.2 — As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas ou empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista no subitem anterior poderão participar normalmente do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime. 2.7.3 — Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12/2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. 2.7.4 — Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. 2.7.5 — Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o subitem anterior o momento imediatamente posterior à fase de julgamento das propostas. 2.7.6 — A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei



CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. 2.7.7 — **Será inabilitada a empresa ME ou EPP que não apresentar a regularização**

2. Nota-se porém, que o nobre julgador não atentou que os benefícios são **GUALMENTE para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)** e que tais benefícios serão usados somente **caso haja restrição na comprovação da regularidade FISCAL E TRABALHISTA**, havendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a **partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame**, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
3. Há de se enfatizar que a inabilitação se torna mais rigorosa e injusta em face de haver no presente Edital em seu item 27.2, a informação de que **caso não se apresente a declaração prevista em seu subitem anterior, que a empresa dispute em igualdade de condições com as empresas não enquadradas nestes regimes.**
4. Outro fato a se contestar é que **não há no presente Edital, nenhuma cláusula que conste a inabilitação da empresa que declarar ser ME sendo EPP ou vice-versa, o que se afirma é que será inabilitada a empresa ME ou EPP que não apresentar a regularização.**
5. Partindo desse pressuposto e como se pode observar no edital, **tal comprovação não se faz necessária, haja vista, a relação de certidões apresentadas pela VK estar totalmente APROVADA E ISENTA DE QUAISQUER DÚVIDAS.**
6. Por outro lado, podemos ver que, mesmo a VK estando a declarar mensalmente todo o seu faturamento junto à SRF, e em estando o mesmo, conforme averiguado em seu **Balanço Patrimonial de 2021**, **subjetivamente enquadrada na condição de EPP**, seu **CNPJ (emitido em 26/08/2022)**, sua **DECLARAÇÃO DE OPTANTE DO SIMPLES (emitido em 25/08/2022)** e até sua **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL (emitida em 24/08/2022)** se apresentam como **ME (Microempresa)**, e estes têm como gestor a SRF e a JUCEC (**GOVERNAMENTOS EM ALCALDE**)).
7. A VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. é uma empresa séria, composta de pessoas honradas e não faz nenhuma objeção quanto a uma possível convocação da SRF e da JUCEC para compor a lide e averiguar alguma falta de

(assinatura)



lisura de seus componentes. Tal atitude só iria demonstrar a maneira ética e correta daqueles que fazem parte de sua diretoria.

8. Ademais vale ressaltar que neste e em tantos outros processos licitatórios, tanto faz ser enquadrada como ME (microempresa) como EPP (empresa de pequeno porte) para ser beneficiado com o tratamento diferenciado, o que prova desta forma que não houve e não há sem sombra de dúvidas nenhuma tentativa de benefício por parte da VK e nem de seus diretores.
9. Portanto, é verdade que a empresa VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 09.042.893/0001-02, por não ter ingerência no comando eletrônico dos competentes órgãos fiscalizadores está, até o presente momento, documentalmente enquadrada na condição de ME junto à Junta comercial do Estado do Ceará desde 06 DE OUTUBRO DE 2014 e à SRF [cópia em anexo de CARTÃO CNPJ, CONSULTA OPTANTE SIM PLES E CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUCEC]. Afirma que supõe que um mal maior poderia lhe ser causado caso houvesse declarações divergentes entre a VK e as certidões nos cadastros atuais desses órgãos. Portanto, resolve que fará, a partir de hoje, através de seu escritório de contabilidade, solicitação para que conjuntamente, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ E SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL a enquadrem, de acordo com o seu faturamento, em EPP (empresa de pequeno porte).

10. DA CONSTITUCIONALIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Esse tratamento diferenciado encontra suporte nos arts. 170 inciso IX e 179 da CF/88, respectivamente, in verbis: Art. 179. A União, os Estados, o distrito Federal e os **MUNICÍPIOS dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte**, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela **simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou eliminação ou redução destas por meio de lei**. Assim não há que se falar em inconstitucionalidade do tratamento diferenciado dispensado para essas empresas, posto que a Lei complementar nº 123/06 **é absolutamente constitucional e serve tanto para ME como para EPP**.

11. Dentre outros fatores, ocorre que o procedimento utilizado por esta CPL ao julgar a habilitação da recorrente não foi processado em atenção ao princípio da legalidade e com base em clássica lição de Hely Lopes Meirelles:

“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração



particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim", para o administrador público significa "deve fazer assim".

**MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro, 20, ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 83.*

12. Portanto não se deve perder de vista a Lei 8.666/93 que elenca os requisitos de habilitação que a administração poderá exigir ao elaborar o edital de licitação.

13. A lei 8.666/93, inclusive, previu de forma exaustiva e fechada o rol de exigências que podem ser demandadas dos licitantes para o fim de demonstrar sua habilitação.

14. Isso significa que os fins estabelecidos para a habilitação, qual seja o de possibilitar que os particulares demonstrem possuir a capacidade e a idoneidade mínimas necessárias para bem executar o objeto da licitação, serão cumpridas por meio das demonstrações das exigências estabelecidas no edital, as quais, por sua vez, devem ser escolhidas a partir do conjunto legalmente previsto para tal fim, contido nos artigos 27 a 31 da já referida Lei 8.666/93. Sobre o caráter taxativo das exigências legais para habilitação, Marçal Justen Filho, que comenta:

"O artigo 27 efetivou a classificação dos requisitos de habilitação. As espécies constituem números clausulus e são: habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira e a comprovação da utilização do trabalho de menores".

15. Ainda conforme previsto na Lei 8.666, o processo licitatório deve ser conduzido de modo a ampliar a participação do particular, oportunizando de forma igualitária que aqueles detentores de capacitação elementar à execução do objeto licitado, possam concorrer para a satisfação daquele interesse público.

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da



moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

*l - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”.
O*

16. Em virtude dos fatos apresentados, fica evidente que a INABILITAÇÃO da recorrente é totalmente indevida, e contraria o que dispõe a Lei 8.666, pois os critérios utilizados para julgamento da habilitação frustram o caráter competitivo.

IV – DO PEDIDO

Requer-se:

- a) O recebimento do presente Recurso Administrativo, dada a sua tempestividade.
- b) Sejam analisados e ponderados os fatos e fundamentos apresentados, procedendo-se alteração da decisão desta CPL, julgando assim a Recorrente HABILITADA para prosseguir no processo licitatório, por ter atingido todas as exigências.
- c) Caso esta honrada CPL não acate o presente Recurso, que o mesmo seja enviado à autoridade superior, com base no Art. 109, § 4º e que sejam enviadas cópias do Recurso Administrativo e de todo o processo licitatório ao TCE-CE e ao TCU.
- d) Desde já, antecipamos nossos votos de estima e confiança para com esta honrada CPL, acreditando em sua idoneidade e imparcialidade, crendo que a referida inabilitação se deu por um equívoco dos mesmos.

Atenciosamente;

Victor Sousa de Castro Alves
VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Victor Sousa de Castro Alves
Socio - Administrador

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.042.893/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2007
NOME EMPRESARIAL VK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VK CONSTRUCOES			PORTE ME
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios			
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 42.92-8-02 - Obras de montagem industrial 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 43.21-8-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO FAZ VARZEA DOS BOIS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CASA 02	
CEP 82.640-000	BARRIO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO PENTECOSTE	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO VICTORVNC@HOTMAIL.COM		TELEFONE (85) 8730-8770	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2007
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/08/2022 às 12:01:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.042.893/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2007
NOME EMPRESARIAL VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 43.91-6-00 - Obras de fundações 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO FAZ VARZEA DOS BOIS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CASA 02	
CEP 62.640-000	BARRIO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO PENTECOSTE	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO VICTORVNC@HOTMAIL.COM		TELEFONE (85) 8739-5779	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/08/2022 às 12:01:16 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

 [CONSULTAR QSA](#)
 [VOLTAR](#)
 [IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado do Ceará
 Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará
 Junta Comercial do Estado do Ceará

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: VK CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS LTDA		Data de Arquivamento do Ato Constitutivo: 24/08/2007	
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		Data de Início de Atividade: 24/08/2007	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 2320115979-1	CNPJ: 09.042.893/0001-02		

Endereço Completo:

FAZENDA VARZEA DOS BOIS SN CASA 02 - BAIRRO ZONA RURAL, CEP 62640-000 - PENTECOSTE/CE

Objeto Social:

(CNAE 41.20-4/00) CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (CNAE 37.01-1/00) OBRAS DE DRENAGEM, GESTÃO DE REDES DE ESGOTO (CNAE 38.11-4/00) LIMPEZA URBANA, COLETA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS EXCETO GESTÃO DE ATERROS SANITÁRIOS (CNAE 38.21-1/00) GESTÃO DE ATERROS SANITÁRIOS (CNAE 42.11-1/01) OBRAS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO DE RODOVIAS (CNAE 42.11-1/02) PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS (CNAE 42.13-8/00) OBRAS DE URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E LOGRADOUROS (CNAE 42.21-9/01) CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CNAE 42.21-9/02) CONSTRUÇÃO DE ESTÁCOES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CNAE 42.21-9/03) MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CNAE 42.22-7/01) CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO (CNAE 42.92-8/01) MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS (CNAE 42.92-8/02) MONTAGEM INDUSTRIAL E SOLDA DE ESTRUTURAS METÁLICAS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL (CNAE 42.99-5/01) CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS (CNAE 42.99-5/99) CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO, MUROS DE ARRIMO E DE ACUDES (CNAE 43.13-4/00) OBRAS DE TERRAPLENAGEM (CNAE 43.19-3/00) SERVIÇOS DE DRENAGEM E REBAIXAMENTO DE LENÇÓIS FREÁTICOS (CNAE 43.22-3/01) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GAS (CNAE 43.22-3/02) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO (CNAE 43.22-3/03) INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO (CNAE 43.22-5/00) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA (CNAE 43.30-4/01) IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA (CNAE 43.30-4/02) INSTALAÇÃO PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL (CNAE 43.30-4/03) OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE (CNAE 43.30-4/04) SERVIÇOS DE PINTURA (CNAE 43.30-4/05) APLICAÇÃO REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES (CNAE 43.30-4/99) OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO (CNAE 43.91-6/00) OBRAS DE FUNDACOES (CNAE 43.99-1/02) MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMAS PARA CONCRETO E ESCORAMENTOS (CNAE 43.99-1/03) OBRAS DE ALVENARIA (CNAE 43.99-1/99) OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE TELHADOS, COBERTURAS E CHAMINES (CERÂMICO, CONCRETO, MADEIRA, AMIANTO, METÁLICOS E OUTROS NÃO ESPECIFICADOS), SERVIÇOS ESPECIALIZADO PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADO (CNAE 71.12-0/00) SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL (CNAE 71.19-7/01) SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA (CNAE 77.11-0/00) LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR (CNAE 77.32-2/01) LOCAÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO CIVIL SEM OPERADOR (CNAE 81.21-4/00) LIMPEZA EM PREDÍOS E EM DOMÍLIOS (CNAE 81.22-2/00) SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, E DESRATIZAÇÃO (CNAE 81.29-0/00) ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS

Capital Social: R\$ 1.000.000,00 UM MILHÃO DE REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: MICROEMPRESA (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração: INDETERMINADO
Capital Integralizado: R\$ 1.000.000,00 UM MILHÃO DE REAIS		

Sócio(s)/Administrador(es)	Tér. Mandato	Participação	Função
CPF/NIRE Nome			
022.490.923-11 KERLLANY DE SOUZA SILVA	xxxxxxx	R\$ 500.000,00	SÓCIO
020.577.803-84 VICTOR SOUSA DE CASTRO ALVES	xxxxxxx	R\$ 500.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR

Status: XXXXXXXX

Situação: ATIVA

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEC (<http://www.jucec.ce.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C220001898155 e visualize a certidão)



22/124.168-0



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado do Ceará
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará
Junta Comercial do Estado do Ceará

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	VK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA			
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
Último Arquivamento:	02/05/2022	Número:	5792131	
Ato	223 - BALANCO			
Empresa(s) Antecessora(s)				
Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
JRW COMERCIO E SERVICOS DE VEICULOS LTDA	2320115979-1	20140570918	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela				
Nire	CNPJ	Endereço		
NADA MAIS#				

Fortaleza, 24 de Agosto de 2022-15:31


ALINECYR BERRAINE
SECRETARIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEC (<http://www.jucec.ce.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C220001898155 e visualize a certidão)



22/124.168-0

Data da consulta: 25/08/2022 15:40:43

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 09.042.893/0001-02

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **VK CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 03/12/2007**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações



Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)



Não Existem

Voltar

Gerar PDF